

Superior Tribunal de Justiça

RECURSO ESPECIAL Nº 1.829.774 - RJ (2019/0227535-5)

RELATORA : MINISTRA LAURITA VAZ
RECORRENTE : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
RECORRIDO : CELIO CORREIA MONTEIRO
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

EMENTA

RECURSO ESPECIAL. PENAL. ROUBO SIMPLES. GRAVE AMEAÇA. SIMULAÇÃO DO PORTE DE ARMA BRANCA. SUBSTITUIÇÃO DE PENAS. IMPOSSIBILIDADE. EXPRESSA VEDAÇÃO LEGAL. RECURSO ESPECIAL PROVIDO.

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto pelo MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, com fundamento no art. 105, inciso III, alínea *a*, da Constituição Federal, contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça daquela unidade federativa (Apelação n.º 021496-98.2012.8.19.0054).

Consta nos autos que o Recorrido foi condenado como incurso no art. 157, *caput*, do Código Penal, à pena de 4 (quatro) anos de reclusão, em regime inicial aberto, e 10 (dez) dias-multa, no valor unitário mínimo legal (fls. 119-121).

Irresignada, a Defesa recorreu ao Tribunal de origem, que deu parcial provimento à apelação defensiva para substituir a pena privativa de liberdade por duas penas restritivas de direitos a serem definidas em execução (fls. 181-188).

Nas razões do recurso especial, o *Parquet* estadual argumenta que o acórdão recorrido contrariou o disposto nos arts. 44, inciso I, e 157, *caput*, ambos do Código Penal, sob o argumento de que não é possível a substituição de penas no caso em apreço, pois "*reconhecido que a simulação de emprego de arma configura grave ameaça prevista no caput do artigo 44 do Código Penal, deve ser afastada a substituição da pena privativa de liberdade cominada em pena restritiva de direito*" (fl. 216).

Contrarrazões às fls. 223-229.

O Ministério Público Federal, em parecer do Subprocurador-Geral Mário Ferreira Leite, opinou pelo provimento do recurso especial (fls. 248-251).

É o relatório. Decido.

Superior Tribunal de Justiça

Nos termos do art. 44, inciso I, do Código Penal, é vedada a substituição da pena privativa de liberdade por penas restritivas de direito quando o crime é cometido com o emprego de violência ou grave ameaça contra a pessoa.

No caso, o Tribunal de origem reconheceu expressamente o emprego de grave ameaça contra a vítima, tendo em vista que o Recorrido "*pediu que ela [a vítima] ficasse calma e não gritasse, pois estava armado e poderia machucá-la*" (fl. 185). Todavia, apesar desta circunstância, foi concedida a substituição da pena reclusiva por penas restritivas de direitos, em evidente confronto com a legislação penal.

Ademais, nos termos da jurisprudência desta Corte Superior, a simples simulação do porte de arma branca, acompanhada da verbalização de que esta seria utilizada contra a integridade física da vítima, é suficiente para configurar hipótese de grave ameaça.

Nesse sentido:

"HABEAS CORPUS IMPETRADO EM SUBSTITUIÇÃO AO RECURSO PREVISTO NO ORDENAMENTO JURÍDICO. 1. NÃO CABIMENTO. MODIFICAÇÃO DE ENTENDIMENTO JURISPRUDENCIAL. RESTRIÇÃO DO REMÉDIO CONSTITUCIONAL. MEDIDA IMPRESCINDÍVEL À SUA OTIMIZAÇÃO. EFETIVA PROTEÇÃO AO DIREITO DE IR, VIR E FICAR. 2. ALTERAÇÃO JURISPRUDENCIAL POSTERIOR À IMPETRAÇÃO DO PRESENTE WRIT. EXAME QUE VISA PRIVILEGIAR A AMPLA DEFESA E O DEVIDO PROCESSO LEGAL. 3. ROUBO. DESCLASSIFICAÇÃO PARA FURTO. EFETIVA INTIMIDAÇÃO DA VÍTIMA. MATÉRIA DE PROVA. VIA INADEQUADA. 4. MENORIDADE RELATIVA. CONFISSÃO ESPONTÂNEA. REDUÇÃO DA PENA AQUÉM DO MÍNIMO LEGAL. IMPOSSIBILIDADE. SUMULA 231 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. 5. HABEAS CORPUS NÃO CONHECIDO.

[...]

3. Não há falar em desclassificação de roubo para furto, valendo-se do fato de que a grave ameaça foi realizada com simulação de arma branca, pois o temor do mal injusto que foi impingido à vítima foi suficiente para a consumação do delito. Ir além disso, demanda revolvimento fático-probatório, não condizente com a via eleita, angusta por excelência.

4. A existência de circunstâncias atenuantes não pode conduzir a pena abaixo do mínimo legal. Inteligência da Súmula 231/STJ.

5. Habeas corpus não conhecido." (HC 248.002/RJ, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, QUINTA TURMA, julgado em 23/10/2012, DJe de 30/10/2012; sem grifos no original.)

Superior Tribunal de Justiça

"CRIMINAL. HABEAS CORPUS. ROUBO QUALIFICADO. PLEITO DE DESCLASSIFICAÇÃO PARA TENTATIVA DE ROUBO. MOMENTO DA CONSUMAÇÃO DO DELITO. DESNECESSIDADE DE QUE O BEM SAIA DA ESFERA DE VIGILÂNCIA DA VÍTIMA. INVERSÃO DE POSSE EVIDENCIADA. DELITO CONSUMADO. PEDIDO DE INCIDÊNCIA DO REDUTOR MÁXIMO PELA TENTATIVA. PLEITO PREJUDICADO. ORDEM DENEGADA.

[...]

III. Evidenciado que as pacientes mantiveram a posse do celular subtraído da vítima que se encontrava dirigindo seu veículo, mediante grave ameaça exercida com a simulação de porte de faca, ainda que por um pequeno período de tempo, já que somente foram presas em local diverso de onde ocorreu o delito, após serem perseguidas por um acompanhante da vítima, resta consumado o delito de roubo, não havendo que se falar em tentativa.

IV. É pacífica a compreensão desta Corte Superior de Justiça no sentido de que o crime de roubo consuma-se com a simples detenção da res, ainda que por restrito espaço de tempo, não se exigindo a posse mansa e pacífica do bem. Precedentes.

V. Afastado o pleito de desclassificação do crime, resta prejudicado o pedido de incidência do redutor máximo de pena previsto na hipótese de reconhecimento da prática de delito em sua modalidade tentada.

VI. Ordem denegada." (HC 238.355/SP, Rel. Ministro GILSON DIPP, QUINTA TURMA, julgado em 28/08/2012, DJe de 05/09/2012; sem grifos no original.)

Portanto, aplica-se, quanto ao tema do recurso, o disposto na Súmula n.º 568/STJ: "*O relator, monocraticamente e no Superior Tribunal de Justiça, poderá dar ou negar provimento ao recurso quando houver entendimento dominante acerca do tema.*"

Ante o exposto, DOU PROVIMENTO ao recurso especial para cassar a substituição da pena privativa de liberdade por penas restritivas de direitos, mantidas as demais cominações da sentença condenatória.

Comunique-se ao Juízo de origem.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 02 de outubro de 2019.

Ministra LAURITA VAZ
Relatora